

Evolução que
TRANSFORMA

Material Institucional para Disciplina Prática Simulada

Correção dos Simulados



uniceplac.edu.br



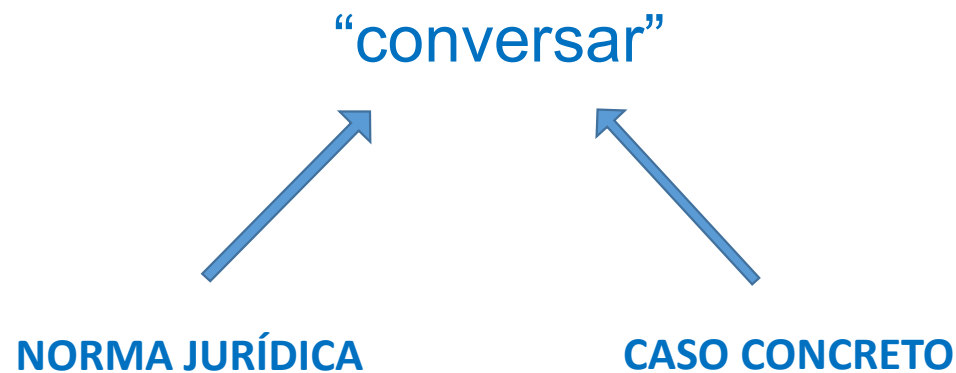
[/uniceplac](https://www.facebook.com/uniceplac)

LINGUAGEM FORMAL

- Uso de 3ª pessoa do singular
AUTOR/RÉU, por intermédio de seu advogado,...
- Redação – precisa fazer sentido
 - Começo
 - ✓ Qualificação da parte autora, que propõe determinada ação
 - ✓ Nome da ação
 - ✓ Em face de quem comete o ato ilícito
 - ✓ E pelos motivos que serão narrados a seguir
 - Meio
 - ✓ Os fatos que ocasionaram o ato ilícito
 - ✓ O direito
 - Fim
 - ✓ O pedidos

DIREITO

- Juiz sabe o direito
- Explicar como a nossa legislação/ jurisprudência se aplica a aquele caso concreto.



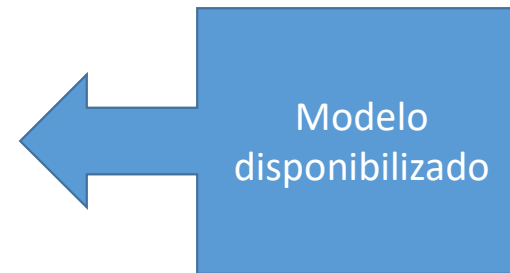
PEDIDOS

- PEDIDO IMEDIATO

- ✓ Declaração
- ✓ Constituição
- ✓ Condenação
- ✓ Absolvição
- ✓ Autorização
- ✓ Resolução contratual...

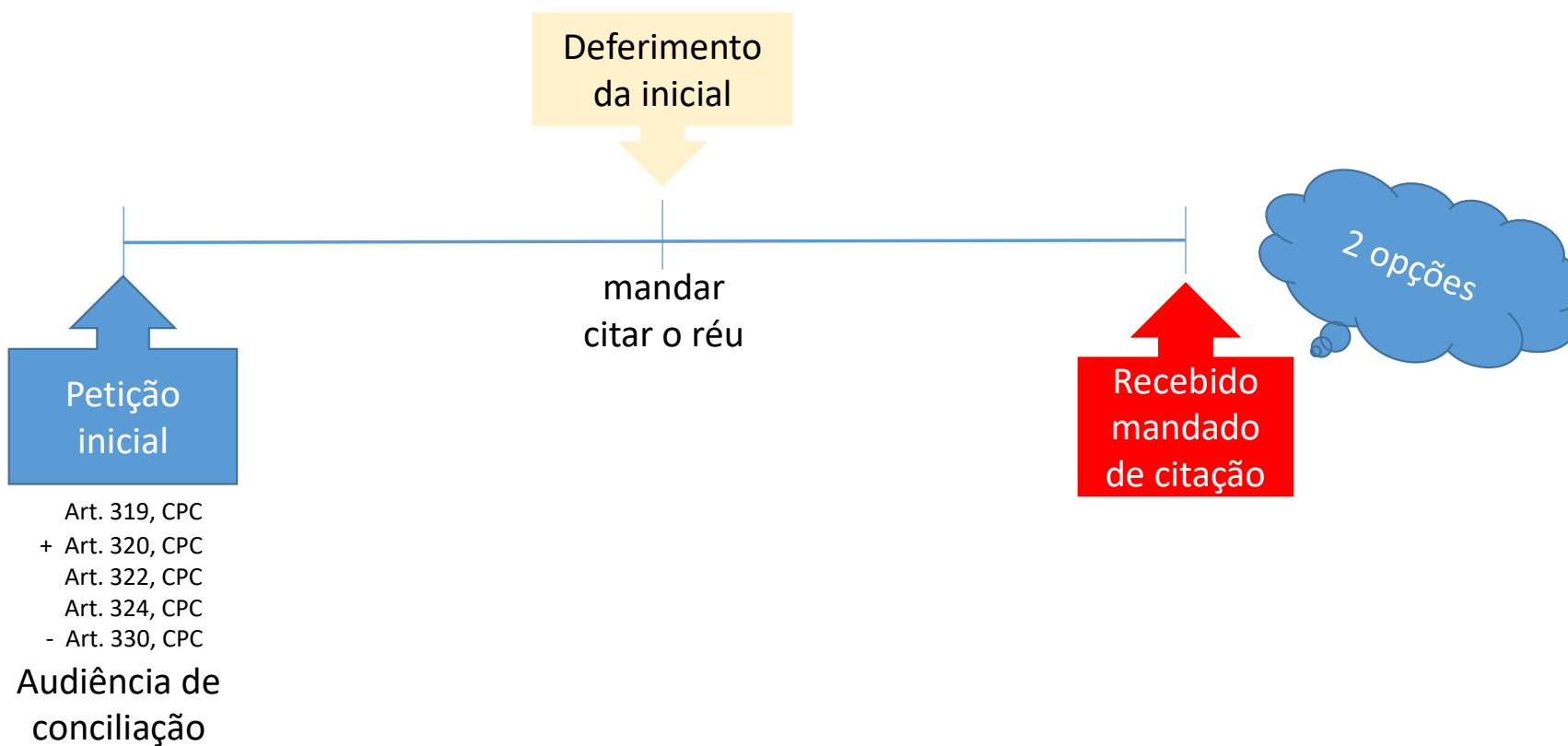
- PEDIDO MEDIATO

- ✓ Dinheiro
- ✓ Casa
- ✓ Os juros
- ✓ Os honorários advocatícios...



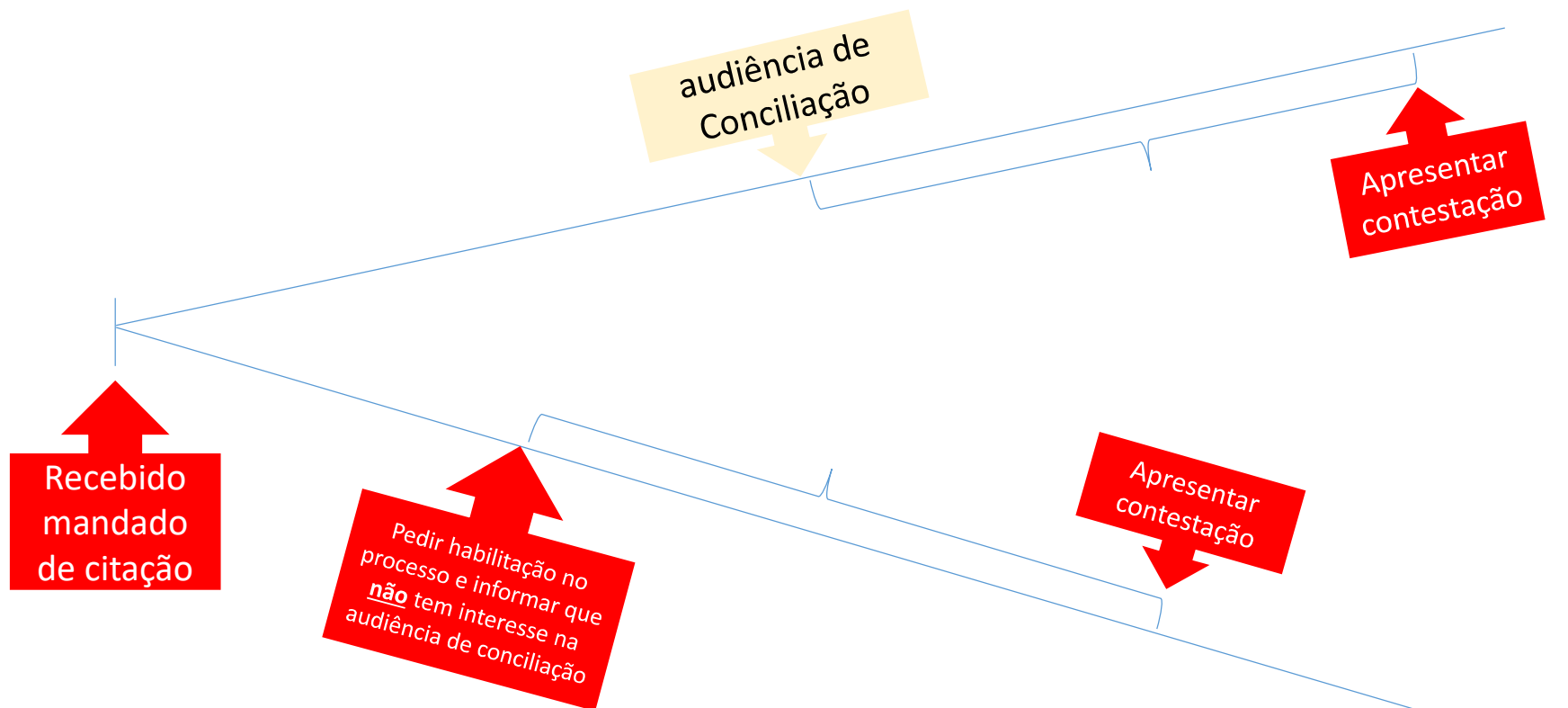
AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Evolução que
TRANSFORMA



AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO

Evolução que
TRANSFORMA



Simulado 2

- Julia ajuizou ação contra Marcos - , autuada sob o nº 11111111111 e distribuída para a 8ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro
- Acidente de trânsito
 - dirigir acima da velocidade permitida
- Prejuízo Julia: R\$ 40.000,00
- Custas de R\$ 1.000,00

- Marcos teve prejuízo de R\$ 30.000,00
- Marcos entende que a responsabilidade pelo acidente foi de Julia, que estava dirigindo embriagada, como atestou o boletim de ocorrência, e que ultrapassou o sinal vermelho

Contestação com Reconvenção

1. Endereçamento:

Excelentíssimo Senhor Juiz da 8ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro

Processo nº 11111111111

2. Qualificação – devidamente qualificados na inicial

3. Nome da Ação/Petição

Contestação com pedido de reconvenção

✓ [arts. 335 e 343](#), CPC

4. Preliminares Processuais?

✓ Art. 337, CPC

- Incorreção do valor da causa.
- Recolher o valor devido das custas iniciais sob pena de indeferimento da inicial

Contestação com Reconvenção

5. Preliminar de Mérito?

- ✓ Prescrição/Decadência ← NÃO

6. Contestar Ação Principal

- Fatos
- Direitos

7. Reconvenção

- Fatos
 - ✓ Reconvinte ← Réu na ação principal/ Autor na Reconvenção
 - ✓ Reconvindo ← Autor na ação principal/ Réu na Reconvenção
- Direitos
 - ✓ Dirigir embriagado - Art. 306, CTB. Conduzir veículo automotor com capacidade psicomotora alterada em razão da influência de álcool ou de outra substância psicoativa que determine dependência: Penas - detenção, de seis meses a três anos, multa e suspensão ou proibição de se obter a permissão ou a habilitação para dirigir veículo automotor.
 - ✓ Culpa Concorrente

Contestação com Reconvenção

8. Pedidos

a. Pedido Imediato da Ação Principal

Diante do exposto, requer seja acolhida a Preliminar de incorreção do valor da causa, para que a Autora recolha os valores devidos da ação, sob pena de indeferimento da Inicial. Se assim Vossa Excelência não entender, que seja julgada IMPROCEDÊNCIA da presente ação.

b. Pedido Imediato da Reconvenção

Quanto à RECONVENÇÃO apresentada requer que:

seja ela julgada totalmente PROCEDENTE para que a reconvinda seja **CONDENADA** ao pagamento dos danos causados ao reconvinte, no valor de R\$ 30.000,00. **(Pedido Principal)**.

Se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que seja declarada a culpa concorrente e que cada um arque com o seu próprio prejuízo **(Pedido Subsidiário)**

Contestação com Reconvenção

Demais pedidos (mediatos)

- seja a Reconvinda devidamente citada, na pessoa de seu advogado, para se manifestar, no prazo legal, à Reconvenção apresentada, sob pena de revelia e confissão ficta;
- ao final, pugna pela condenação da reconvinda ao pagamento das custas e honorários advocatícios, conforme art. 85,§1, CPC.

Requer ainda a oitiva das testemunhas abaixo arroladas que compareceram independente de intimação, e, por fim, que todas as publicações sejam feitas em nome da advogada XXXXXXXXXXXXX, sob pena de nulidade.

Provará o réu o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, em especial pela prova documental acostada aos autos, pela ulterior untada daquelas que não se façam presentes no momento, pela produção de prova testemunhal, caso se faça necessário pela produção de prova pericial, caso se faça necessário, quando, então, serão apresentados os quesitos a serem respondidos pelo perito oficial, bem como indicado perito assistente, pelo depoimento pessoal, bem como por outras provas que se fizerem necessárias.

Dá-se à causa o valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais)

Termos em que,
pede deferimento.

DATA

ASSINATURA

Simulado 3 - Processo de Execução

A execução pressupõe uma obrigação sob a qual não pairam incertezas quanto a sua existência e titularidade, cabendo ao Estado forçar aquele que tem o dever de cumpri-la a fazê-la. Constitui-se de três elementos: obrigação impassível de discussão (**título executivo**), o titular desta (exequente) e aquele que deve cumpri-la (executado).

- Judicial → art. 513 e ss
 - Fase do cumprimento de sentença
- Extrajudicial → Art. 771 e ss
 - Execução em geral

SENTENÇA - CPC

C
U
M
P
R
I
M
E
N
T
O

Inicia-se apos o trânsito em julgado.

PROCEDIMENTO

1º O credor apresenta o valor, para depois o devedor ser intimado.

2º O devedor terá 15 dias para pagar os valores, sob pena de multa de 10%.



TATUDOMAPEADO.COM

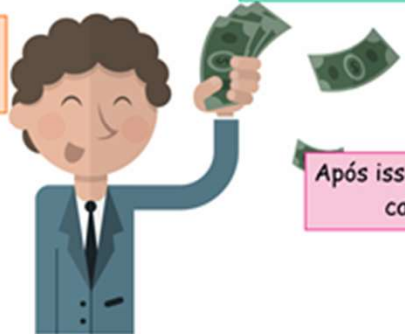
Se não pagar a dívida:

Dar-se-á início ao prazo para impugnação (15 dias).

Além dos 10% de multa acrescenta-se 10% de honorários de advogado no cumprimento da sentença.

Se pagar a dívida:

Extingue-se a execução pela satisfação da obrigação.

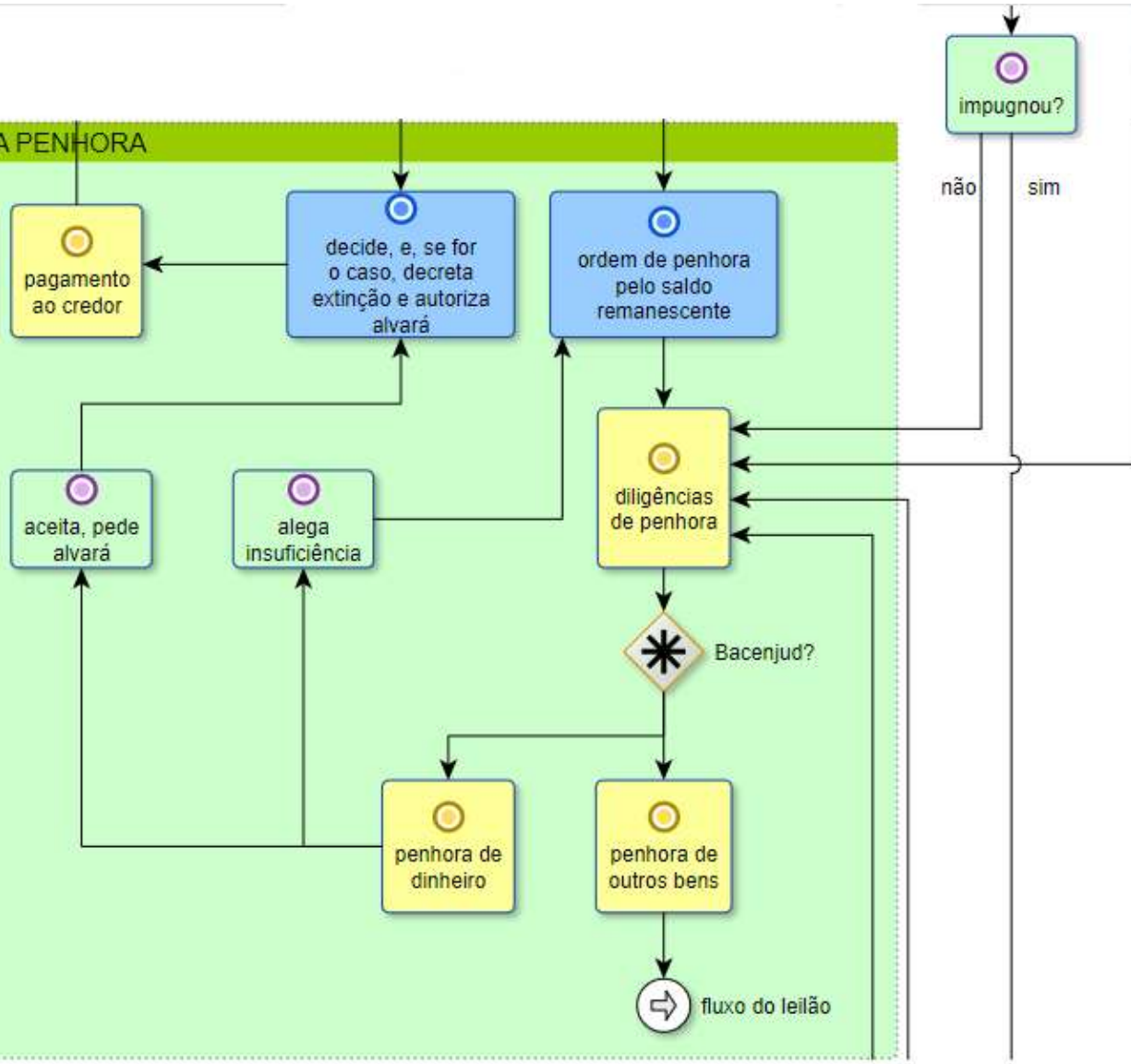


Após isso o juiz julga a impugnação, que cabe apelação em 15 dias.

Se houver impugnação do resultado:

O Juiz intima o exequente a se manifestar em 15 dias.

FASE DA PENHORA



<http://nsvg4.site44.com/files/fx%20Cumprimento%20de%20senten%C3%A7a.svg>

Simulado 3

- Paulo e Kátia casaram-se, em 2015, no regime da comunhão universal de bens e, em 2017, Paulo se desfez dos imóveis que possuía para adquirir um novo imóvel para residirem.
- Paulo tem um filho, Glauco, com Beatriz
- Paulo ficou desempregado e não pagou pensão a Glauco.
- **Glauco, menor impúbere**, representado por sua mãe, ajuizou execução de alimentos contra Paulo, distribuído para a 15ª Vara Cível da Cidade do Rio de Janeiro.
- O imóvel adquirido por Kátia e Paulo é penhorado. Kátia fica muito apreensiva com a situação, pois se trata do único imóvel do casal.

Embargos de Terceiros

1. Endereçamento:

Excelentíssimo Senhor Juiz da 15ª Vara Cível da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro

Processo nº XXXXXXXX

2. Qualificação – KÁTIA

Em face de execução de alimentos movida por **GLAUCO, representado por Beatriz**

3. Nome da Ação/Petição

Embargos de Terceiros

✓ Arts. 674 e ss, CPC

4. Preliminares Processuais?

✓ Art. 337, CPC

- Gratuidade de Justiça?

Embargos de Terceiros

5. Fatos → narrar o que aconteceu de forma clara e imparcial

6. Direitos

- a. Do legitimidade para **opor** Embargos
- b. Bem de Família
- c. Direito à meação
- d. Liminar **MANUTENÇÃO DA POSSE**

7. Pedidos

Pedido Imediato e Mediato

Diante do exposto, requer seja acolhida a Preliminar de GRATUIDADE DE JUSTIÇA, e que seja deferida Liminar de Manutenção da Posse do imóvel penhorado, eis que provada a propriedade e a posse do bem. Requer ainda

- a) a imediata suspensão do processo de execução até decisão final de mérito dos presentes embargos;
- b) A Desconstituição da penhora, para que sejam resguardados os direitos da embargante enquanto cônjuge, nos termos do art. 3º, inciso III da Lei 8.009/90 (bem de família) (Pedido Principal).
- c) Se esse não for o entendimento de Vossa Excelência, que seja garantido o direito à meação da embargante. (Pedido Subsidiário)
- d) seja o Embargado devidamente citado para se manifestar, no prazo legal, ao Embargos opostos;
- e) ao final, pugna pela condenação da reconvinada ao pagamento das custas e honorários advocatícios em 20%, conforme art. 85,§1, CPC.
- f) A juntada de documentos (certidão de casamento, escritura do imóvel etc.)

Provará a embargante o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, em especial pela prova documental acostada aos autos, pela ulterior juntada daquelas que não se façam presentes no momento, pela produção de prova testemunhal, caso se faça necessário pela produção de prova pericial, caso se faça necessário, quando, então, serão apresentados os quesitos a serem respondidos pelo perito oficial, bem como indicado perito assistente, pelo depoimento pessoal, bem como por outras provas que se fizerem necessárias.

Dá-se à causa o valor de R\$ 350.000,00.

Simulado Extra

- Samuel deveria restituir o cavalo mangalarga chamado “Tufão” para Bernardo.
- Contrato verbal
- Desídia de Samuel
- Prejuízo de Bernardo em R\$ 30.000,00
- Samuel mora em Campo Grande/MS
- Bernardo mora em Dourados/MS

Bernardo contrata o seu escritório para ajuizar ação contra Samuel.

Ação – Danos materiais

1. Endereçamento:

Qual o foro competente?

Campo Grande/MS ou Dourados/MS?

Art. 53, CPC

III - do lugar:

d) **onde a obrigação deve ser satisfeita**, para a ação em que se lhe exigir o cumprimento;

V - de domicílio do autor ou do local do fato, para a ação de reparação de dano sofrido em razão de delito ou acidente de veículos, inclusive aeronaves.

Excelentíssimo Senhor Juiz da _____ Vara Cível da Comarca de Dourados/MS

2. Qualificação – Bernardo XXXXX
Samuel XXXXX

3. Nome da Ação/Petição

Ação de reparação de danos materiais (e morais) ou Ação Indenizatória ou Ação de Rescisão contratual cumulada com danos materiais (e morais)

4. Preliminares Processuais?

✓ Art. 337, CPC

Ação – Danos materiais

5. Fatos → narrar o que aconteceu de forma clara e imparcial

6. Direitos

- a. Do contrato verbal
- b. Do dever de indenizar
- c. Danos morais?

7. Pedidos

Pedido Imediato e Mediato

Diante do exposto, considerando que a pretensão do AUTOR encontra fundamento jurídico, requer seja julgada PROCEDENTE a presente ação para que seja a parte requerida seja condenada ao pagamento de Danos Materiais no valor de R\$ 30.000,00

Ou

Diante do exposto, requer seja julgada PROCEDENTE a presente ação para declarar a rescisão contratual e, conseqüentemente, a condenação do réu em pagar a importância de \$ 30.000,00 a título de danos materiais

Requer ainda:

- a) A condenação do Requerido ao pagamento de Danos Morais no valor de R\$ 5.000,00
- b) a citação do réu para que apresente sua contestação no prazo legal e compareça à Audiência de Conciliação, sob pena de revelia e confissão quanto à matéria de fato..
- c) ao final, pugna pela condenação da reconvinida ao pagamento das custas e honorários advocatícios em 20%, conforme art. 85,§1, CPC.

Provará a embargante o alegado por todos os meios de prova em direito admitido, em especial pela prova documental acostada aos autos, pela ulterior untada daquelas que não se façam presentes no momento, pela produção de prova testemunhal, caso se faça necessário pela produção de prova pericial, caso se faça necessário, quando, então, serão apresentados os quesitos a serem respondidos pelo perito oficial, bem como indicado perito assistente, pelo depoimento pessoal, bem como por outras provas que se fizerem necessárias.

Dá-se à causa o valor de R\$ 35.000,00.

Evolução que
TRANSFORMA

Obrigada!

Caroline.ferraz@uniceplac.edu.br



uniceplac.edu.br



[/uniceplac](https://www.facebook.com/uniceplac)